



ATA Nº 5/2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Suzana Margarida dos Santos Candeias e do Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2015 referente à sessão ordinária de 26 de setembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2015 por maioria dos presentes com direito de voto com 22 votos a favor e uma abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, não participando na votação por não terem estado presentes na anterior sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, António Manuel da Silva Moreira, Renato Manuel Ribeiro dos Santos e o Secretário da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões (28 presenças). -----



----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que foi apresentado na Mesa pelo Grupo Municipal da Coligação Juntos pelo Futuro (CJF) um voto de Pesar pelos atentados em Paris, que leu (anexo 3). -----

----- Colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal, dada a extensão da ordem de trabalhos, a discussão em conjunto dos pontos XI a XXI, sendo a votação efetuada cada um de per si e separadamente. A proposta foi aceite por unanimidade dos presentes. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado Renato Manuel Ribeiro dos Santos -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio no sentido de apresentar um pedido de esclarecimento sobre o processo n.º 1327/13.7/A, relativo a Ação Administrativa Especial, colocando em concreto a questão sobre quais foram as três normas do Regulamento Municipal anuladas por sentença judicial, na sequência do processo interposto pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional e ainda de que de que Regulamento Municipal se trata. Solicitou que a resposta lhe fosse dada por escrito. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção agradecendo, em nome do Executivo da Junta de Freguesia e da população, pela concretização em curso da remodelação à rede de abastecimento de água da Vila da Marmeleira, obra que já era pedida e necessária há muitos anos. Referiu que têm sucedido alguns constrangimentos, mas que os mesmos são fruto da obra e que se vão solucionando dia-a-dia e conforme vão aparecendo.-----

---- De seguida solicitou para que sejam tomadas medidas efetivas relativamente às casas em ruínas localizadas na Vila da Marmeleira e que já foram referenciadas junto da Câmara Municipal. Acrescentou que existem casas que estão a cair para a via pública e para a casa dos vizinhos, constituindo um perigo iminente, revelando a necessidade de intervir para evitar a queda das mesmas e um eventuais acidentes. ----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Usou da palavra para apresentar, segundo a sua expressão, uma vez mais e como tem feito nos últimos dois anos, o problema da atribuição dos números de polícia no Pé da Serra e outras localidades, questionando se para a sua resolução terão que ser usadas outras iniciativas. -----

----- **Deputado Renato Manuel Ribeiro dos Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Questionou acerca de duas situações em concreto, a primeira, saber para quando as obras de requalificação da Estrada Nacional 114, no troço que liga as portagens da A15 ao Gato Preto; e a segunda, sobre a situação do IC 2 quanto ao estado do piso, sinalização e segurança rodoviária e ainda o que tem feito a Câmara Municipal para pressionar a Infraestruturas de Portugal a intervir nesta via. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para assinalar o dia 25 de Novembro e o seu 40º aniversário, lembrando que naquela data, em 1975, se assistiu ao culminar do processo de democratização iniciado um ano antes, com o 25 de abril de 1974, tendo aquele ficado conhecido como o famoso “Verão Quente”. Disse ainda que devemos lembrar todos os riomaiorenses e todos os portugueses que se juntaram e cuja corajosa ação, que não foi isenta de graves riscos, permitiu a não operacionalização de Portugal a nebulosos



interesses. Adiantou que contra expedientes políticos de diversa ordem e com a historicamente reconhecida ação que decorreu em Rio Maior, o povo defendeu os seus direitos por um Portugal em que a democracia seria o regime e não um processo para atingir o poder. Terminou sublinhando que o povo defendeu o seu direito à sua livre opção, defendeu o seu direito à propriedade, contra uma sociedade estatizada e contra a corrupção. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra, considerando o seu conteúdo: -----

----- “Após a última Assembleia Municipal, onde esteve presente o professor Figueiredo, Augusto Figueiredo, ele amavelmente chamou-me “filósofo” e eu fiquei a matutar naquele assunto e, pronto, resolvi que ia continuar a ser filósofo. E, por isso, hoje venho-vos falar de uma coisa a que chamam crenças. Isto porque a forma como percebemos o mundo, o que amamos ou odiamos, a forma como nos vemos, a nós e aos outros, tudo é determinado pelas nossas crenças. Elas são a medida das coisas, são elas que constroem as nossas realidades. As crenças, produto da mente humana, são conjuntos mais ou menos coerentes de valores e integram aquilo a que genericamente chamamos “cultura”. Traduzem o percurso histórico de cada grupo humano, condicionado pela geografia e clima do seu habitat e pelos recursos disponíveis, depurados pelas vitórias e derrotas, são elas que explicam o nosso presente e mudam as nossas expectativas de futuro. Mas as crenças não nascem connosco. O que a biologia nos dá é a capacidade de amar ou de odiar, assim como nos dá a capacidade para emitir sons. Aquilo que amamos e odiamos, a língua que falamos, são os valores do nosso grupo social e são-nos ensinados. Cada um de nós é produto do local, do tempo e da cultura onde nasceu e foi educado. A forma como vemos o mundo, que para nós é óbvia, pode não fazer sentido nenhum para outro ser humano que não partilhe as nossas crenças, os nossos valores, a nossa ideologia. Pessoalmente afirmo que as crenças que moldam o meu mundo assentam na ciência, onde a realidade se explica em si mesmo através do seu conhecimento e no humanismo, onde o ser humano é a primeira e última justificação de todas as coisas. Revejo-me, enquanto ser individual, na Carta dos Direitos Humanos e enquanto ser social entendendo que nos devemos organizar em regimes democráticos, assentes em Estados de Direito que respeitam os princípios da liberdade, solidariedade e



fraternidade. Esta forma de ver o mundo, que seguramente é partilhada por muitos dos que habitam nesta região a que chamamos Europa, tem sido confrontada com outras formas de ver o mundo, tal facto traduzido em inúmeras reflexões em torno do conceito de tolerância, enquanto capacidade para compreender e aceitar a diferença. Mas tolerância não pode ser algo relativo, não é a aceitação sem reservas, uma ausência de valores onde tudo é permitido. Isto não é ser tolerante, é ser indiferente. É um vazio de existir. Para sermos tolerantes temos de saber o que somos, temos que estar conscientes e convictos dos nossos valores e é com estas certezas que podemos reconhecer a diferença, podemos compreender o outro e ser tolerante, decidindo o que é aceitável e o que não é aceitável. É assim, que a propósito da pressão que os refugiados vêm colocando sobre a Europa, tenho constatado o extremar de duas posições: os que entendem que a Europa deve a todos acolher e os que defendem precisamente o contrário. Ajudar o próximo, ser solidário é um dos valores das minhas crenças, mas isto não significa aceitar tudo o que o outro representa. Acolher é a nossa responsabilidade, sem medo de afirmar os nossos valores e os limites da nossa tolerância. Integrar esta realidade é responsabilidade dos que chegam, assim como respeitar os valores dos que os acolhem. Não podemos hesitar em defender os nossos valores, pois foram eles que construíram esta Europa, esta realidade da qual, paradoxalmente, todos se queixam, mas para onde todos querem vir quando as coisas correm mal.”-----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção fazendo referência às questões que a bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU) tem solicitado resposta por escrito, lamentando e esperando que este assunto venha a ter um ponto final, chamando à atenção para o facto de continuarem a aguardar que as respostas sejam dadas, o que não é legítimo, não é correto e não é legal, e que espera que esta ausência de resposta seja resolvida evitando que sejam obrigados a evoluir para outros fóruns. -----

----- No que se refere aos assuntos para conhecimento questionou, em relação à informação financeira do primeiro semestre de 2015, qual a explicação que pode ser dada acerca do parágrafo constante nas conclusões e considerações finais onde se alerta para o facto do prazo médio de pagamento ser, no momento, superior a noventa dias e ainda que a dívida tenha aumentado consideravelmente e onde o Município é aconselhado a tomar medidas corretivas para evitar futuras penalizações orçamentais.



----- Quanto à informação constante do documento dos compromissos plurianuais, perguntou qual é o objetivo da contratação da empresa Inplenitus Land, Lda e também qual é o ponto de situação do Plano de Pormenor e Salvaguarda das Marinhas do Sal.

----- Relativamente à Atividade Municipal, disse ser feita referência a vários processos judiciais que têm como autor a Águas do Oeste, atualmente é a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e que, nesse sentido gostaria de saber se só a dívida passa para esta última ou se estão também incluídas na transferência as responsabilidades que a primeira tinha relativamente à contratação efetuada. Quanto aos processos em concreto disse que gostaria que lhe fosse explicado porque é que o Município aparece como réu quando, em seu entender, o incumprimento era por parte da Águas do Oeste, agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Por fim, referiu-se à questão dos prédios em risco de derrocada, um pouco por todo o concelho, que com a aproximação da época das chuvas irá seguramente agravar-se, reconhecendo, no entanto, a complexidade e a dificuldade em tratar estas matérias até mesmo pela legislação existente. Questionou se o Município, em colaboração com as Juntas de Freguesia, pensa elaborar alguma estratégia de ação, na medida em que esta situação é muito preocupante, lembrando a anterior intervenção da Presidente da Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz. Alertou ainda para o fato da derrocada dos edifícios poder causar graves danos pessoais, para além dos patrimoniais, e considera que esta situação está cada vez mais a complicar-se, não só na Vila da Marmeleira, mas também noutras zonas do concelho.-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Tendo em consideração a situação da ausência de resposta por parte do Município a questões colocadas anteriormente, solicitou à Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, o favor de enviar por correio electrónico um enunciado com as mesmas, que endossará imediatamente para a Câmara Municipal. Sobre este assunto, solicitou também à Presidente da Câmara Municipal que aquando da resposta às questões, o faça no âmbito dos assuntos para conhecimento.-----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Começou por dizer que os assuntos que iria focar acerca da documentação para conhecimento foram já enunciados na anterior intervenção e que, assim sendo, não necessita voltar a referi-los. -----

----- Seguidamente referiu-se às comemorações do 6 de Novembro, Feriado Municipal, sobre as quais lembrou a mudança de data há já alguns bons anos de forma a evitar elementos de crispação no concelho e que, nesse sentido, foi com muito desgosto que, na sessão solene, ouviu um discurso político revanchista e, em seu entender, completamente inadequado ao momento. Explicou esta posição dizendo que a crítica à oposição, por fazer oposição, revela falta de sentido democrático já que esta tem, não só o direito mas o dever de contrariar o poder naquilo que achar que é importante fazê-lo e que chamar à coacção situações de oposição num dia de comemorações é falta de sentido de município e completamente desajustado. Considerou ainda que teria sido importante as pessoas ouvirem um discurso com esperança e com futuro e não sobre coisas que o remetem para aquilo que considera terem sido os últimos sessenta dias pós-eleitorais. Sobre isso disse ainda que num regime democrático e constitucional o governo tem que ser apoiado pela maioria da Assembleia e fazer passar os seus programas e orçamentos, e que a forma como a situação tem vindo a ser tratada pela coligação Portugal à Frente e pelo Presidente da República merece, da sua parte, o maior repúdio e em nada ajuda à tão necessitada estabilidade deturpando os mais elementares princípios constitucionais e mostrando total desrespeito pelos valores democráticos. Salientou que os tempos que se avizinham não serão fáceis e que quem o acha está a apregoar um discurso que é baseado numa fraude e numa narrativa completamente construída para criar uma ideia de que tudo o que são direitos das pessoas é despesa e tudo aquilo que são direitos financeiros é investimento, afirmando a necessidade de se perceber que com este governo não haverá uma situação fácil, mas que tem uma enorme convicção e uma esperança incomensurável de que o Governo que inicia funções tenha capacidade para dar ao país e à Europa um rumo diferente. Entende que Portugal tem uma dimensão sociopolítica na Europa e no Mundo maior do que as suas dimensões territoriais e que, assim sendo, não pode estar entregue a merceeiros, nem a encarregados que vão para Bruxelas fazer praticamente aquilo que os fluxos financeiros querem que se faça, que o posicionamento deve ser de Estado e não de subserviência, que põe tudo o que são os mais elementares direitos sociais abaixo da especial relevância que se dá aos direitos da finança. Afirmou ainda que espera que o



desmantelamento do Estado tenha acabado ter acabado e que as pessoas estejam primeiro lugar em relação aos outros aspetos. -----

----- Acerca do 25 de Novembro considera que passados quarenta anos tenhamos sido capazes de crescer e de perceber que há muita coisa que deve ser salvaguardada e que aquele acontecimento em 1975 trouxe a este país, mas que isso não é motivo nem de regozijo nem de festa, considerando, como alguém disse, que as datas fracturantes não devem ser comemoradas. -----

----- Concluiu desejando à Presidente da Câmara Municipal que possa agora ter uma margem de manobra para reivindicar aquilo que não foi capaz de reivindicar antes e pode sempre contar com o apoio do Partido Socialista para reclamar o que for preciso para Rio Maior, mas que não conte nunca com o Partido Socialista para uma política de interesses, nem de favorecimentos individuais ou pessoais. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referiu, a respeito da moção, que a mesma já diz tudo e que se a França foi atacada, com ela foi também a Europa e todos os países democráticos. Remeteu para o texto da moção e para a passagem que refere que todas e quaisquer palavras que se possam expressar ficam muito aquém daquilo que todos sentimos face a atos desta natureza. Apelou a todos para que mostrem a sua solidariedade para com a França e para com todos os franceses e ainda para com os outros países que foram ou estão a ser vítimas deste tipo de ato terrorista. Pediu ainda que seja feito um minuto de silêncio em nome e homenagem às vítimas de 13 de novembro de 2015. -----

----- Em relação à intervenção do Deputado António Manuel da Silva Moreira, concordou com a ideia de que se vivem tempos diferentes, tempos de mudança, de grandes alterações no nosso sistema democrático e na nossa política, e disse que são diferentes porque não há memória que qualquer partido ou coligação que tenha ganho as eleições passe a ser oposição, passando os perdedores para o governo. Acrescentou que são também tempos diferentes porque existem partidos que não vão estar nem no governo nem na oposição e que, assim sendo, se torna mais fácil estar nas bancadas apenas a opinar e nunca assumir as devidas responsabilidades. Fez ainda referência ao facto de os socialistas alegarem ter condições de governabilidade porque assinaram três acordos com três partidos de esquerda, o que, em sua opinião, revela que nem houve a capacidade política de assinarem um único acordo com todos os partidos, e que isso lhes dará a segurança para um governo de legislatura na



expressão coerente, estável e credível. Referiu que, em seu entender, esses acordos apenas revelam imposições da parte do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda e a rendição do Partido Socialista, afirmando que com a eliminação dos cortes, devolução das taxas, aumentos dos subsídios, baixa do IVA, se fará a distribuição o que estava retido e gasto o que estava poupado. Questionou com que recursos se poderá tomar todas estas medidas já que as contas não se alteram com a mudança de cor partidária e os limites do défice são o que se conhece. Concluiu desejando o maior sucesso para o novo Governo, o Governo do Partido Socialista, porque considera que o sucesso do Governo Português será o sucesso dos cidadãos portugueses. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Derrocadas: Deu conhecimento que sempre que alguma Junta de Freguesia ou algum cidadão sinaliza uma situação em que exista risco de derrocada, os serviços de fiscalização se deslocam ao terreno para averiguar e depois decorre todo um procedimento administrativo, no qual são chamados a intervir os proprietários ou seus herdeiros, sendo, por vezes, difícil a identificação dos mesmos. Adiantou também que estes procedimentos estão a ser acautelados e que alguns deles foram concluídos, nomeadamente pela demolição dos edifícios. Comprometeu-se de encaminhar a indicação para os serviços e reforçou a necessidade de solucionar estes casos e assim afastar o perigo das vias públicas e das pessoas. -----

----- Numeração de polícia: Sublinhou que esta questão se coloca desde que existe a localidade do Pé da Serra e não apenas à dois anos e esclareceu que os números de polícia, bem como os nomes das ruas já estão atribuídos, faltando somente colocar a respetiva identificação. Deu conhecimento que irá ser realizada uma reunião com a empresa que, à partida, irá assumir estes trabalhos. -----

----- Obras na EN 114: Transmitiu que as competências e responsabilidades da Câmara Municipal neste processo são partilhadas com a Infraestruturas de Portugal, a



qual está a desenvolver o projeto correspondente àquela intervenção. Acrescentou que a questão atualmente depende da disponibilização de fundos comunitários e, que tanto quanto lhe é dado saber, as coisas neste âmbito estão paradas.-----

----- IC 2: Relativamente a esta questão, também já abordada em reunião da Câmara Municipal, disse que tem vindo a ser reivindicado junto da Infraestruturas de Portugal não só a situação do pavimento, mas também a hipótese da implantação do nó de Vale de Óbidos, obra importante quer para o concelho quer para a cidade de Rio Maior. -----

----- Informação Financeira do 1º semestre de 2015: Informou que o cumprimento do prazo de pagamento em noventa dias é uma imposição legal e que eventuais penalizações serão em especial para a Presidente da Câmara. Disse que espera ter esta situação solucionada no semestre seguinte e correspondente relatório. -----

----- Plano de Pormenor e Salvaguarda das Marinhãs do Sal: Lembrou que este assunto já foi anteriormente abordado e que, conforme esclareceu então, houve todo um trabalho que teve de ser feito tendo em consideração vários aspetos, incluindo a composição da equipa técnica da qual faziam parte um conjunto de técnicos superiores e de dirigentes que já não se encontram em funções. Assegurou que continua a ser uma prioridade avançar com este plano. -----

----- Águas de Lisboa e Vale do Tejo (antiga Águas do Oeste, S.A.): Em resposta às questões colocadas sobre esta matéria, clarificou que, conforme o contrato e a legislação em vigor prevêem, os compromissos e as responsabilidades passam da anterior Águas do Oeste para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Explicou ainda que a o Município surge como réu nos processos por não ter efetuado o pagamento de valores com os quais não concordava, nomeadamente relativos a consumos que não foram efetivamente consumidos e que eram calculados com base numa estimativa. ----

----- Obras na Vila da Marmeleira: Transmitiu as diferentes reações de que tem tido conhecimento relativamente às obras a decorrer na Vila da Marmeleira e em resposta às mais críticas, lembrou que não é possível requalificar e executar a rede sem abrir valas para o efeito. Disse compreender os incómodos e transtornos daí decorrentes e que, nesse sentido, se compromete tudo fazer para que as obras sejam efetuadas de forma o mais breve possível, não obstante, a informação que tem tido é que os trabalhos estão a decorrer com a maior celeridade possível para uma obra daquela natureza. -----



----- Comemorações do Feriado Municipal: Esclareceu que no seu discurso proferido no Feriado Municipal nunca se referiu a uma boa ou má oposição, que o mesmo só a si vincula e que se assume como responsável pelo que diz, mas não pela forma como as suas palavras são interpretadas. Para que não houvesse dúvidas do conteúdo do mesmo, leu algumas passagens como aquelas que se referem à condição da oposição e se transcrevem: “porque o mandato que as oposições recebem do povo é o mesmo de quem governa: defender os seus interesses, o seu modo de vida e resolver os seus problemas” e ainda “conto felizmente neste Executivo Municipal com essa oposição responsável, participativa, que coloca em primeiro plano os interesses do concelho, sem abdicar do combate político honesto, algo que deveria servir como modelo para outros níveis de governação local, pois é esse o combate salutar que credibiliza a atividade política”. Referiu ainda que gostaria de ser esclarecida acerca da referência feita de que o Partido Socialista estaria disponível para colaborar mas não para interesses pessoais, que à partida lhe parece grave. Assumiu que, perante qualquer partido ou governo que venha a assumir funções de responsabilidade, para si, a melhor solução de governação é aquela que for a melhor para Portugal e para os portugueses. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida colocou a votação o voto de pesar apresentado pela Coligação Juntos pelo Futuro, seguido de um minuto de silêncio em memória das vítimas dos ataques terroristas. -----

----- **Voto de Pesar pelos atentados ocorridos em Paris** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Rio maior - 1º Semestre de 2015** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 e Mapa de Pessoal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, salientando que o Orçamento para 2016 é um orçamento equilibrado e o possível face às receitas esperadas, garantindo as funções essenciais do município em todas as áreas e serviços que presta ao munícipe. Disse também que o principal problema continua a ser o facto de 10% dos recursos serem afetos à amortização e aos juros de empréstimos bancários do município, diminuindo as verbas disponíveis para outras funções, algo que o atual executivo e o anterior tiveram que lidar, conseguindo reduzir substancialmente a dívida, também por imposição da tutela, acrescentando que o objetivo é chegar a um ponto em que os recursos da autarquia possam ser dedicados às necessidades dos munícipes e não continuarem como reféns da dívida. Referiu-se também à recente alteração à estrutura orgânica do Município, que deverá contribuir para ganhos de eficácia operacional em diversas áreas, com reflexo positivo quer na área financeira quer na qualidade dos serviços prestados aos munícipes. Sublinhou as elevadas taxas de execução do orçamento que os executivos que tem liderado têm conseguido alcançar e que ainda terão que melhorar por imposição legal, taxas de execução essas para as quais contribuíram também um conjunto de colaboradores empenhados, permitindo a resposta e o apoio em todas as áreas. Acrescentou que gostaria de ter mais verbas nas rubricas correspondentes às freguesias, ao movimento associativo, desportivo e cultural, para investimento na cidade e nas freguesias, mas há que optar e a opção é sempre pelo que é mais premente e mais urgente na resolução, daí já terem dado início a um conjunto de obras, designadamente na Vila da Marmeleira e no Arco da Memória, que representam um investimento de cerca de oitocentos e cinquenta mil euros, ainda sem garantia de financiamento comunitário, entre outras. Continuou, mencionando que o orçamento para 2016, apesar do seu equilíbrio, sofre de condicionantes que escapam ao controle da Câmara Municipal, nomeadamente o facto de ter de ser elaborado e apresentado à Assembleia Municipal até 30 de outubro, num período coincidente com a realização de eleições legislativas, o que não permitiu o conhecimento das políticas a implementar pelo novo governo, nem as suas implicações diretas sobre os orçamentos municipais. Referiu também a questão do



atraso na implementação do Portugal 2020, que impediu a atualização do orçamento com as verbas de vários projetos que fazem parte da estratégia de regeneração urbana da cidade, um conjunto de investimentos que se encontram plasmados nas rubricas já abertas no orçamento e que podem vir a atingir um total de seis milhões de euros, adiantando que a concretização do financiamento destes projetos reveste elevada importância para a cidade e para o concelho. Remetendo para a nota introdutória do plano e orçamento, disse que, apesar do rigor e contenção que nortearam a sua elaboração, o Executivo deve implementar, neste período de reconhecida retoma económica do país, políticas públicas que promovam o crescimento do emprego, a instalação de novas empresas, a fixação de famílias no concelho e o apoio às famílias com filhos a seu cargo, acrescentando que tal será estimulado através dos mecanismos existentes e que são da responsabilidade do Município, pretendendo-se, com isso, dar alguns sinais de incentivo. Terminou agradecendo a toda a equipa que colaborou na elaboração do orçamento e se empenhou seriamente na qualidade do documento, assim como aos Vereadores pelo tempo que a ele dedicaram, pelos projetos que promoveram e que todos estão empenhados em concluir e concretizar em prol de Rio Maior e dos riomaiorenses. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Manifestou o seu descontentamento e o da União de Freguesias que representa, como já havia feito na última sessão, relativamente aos cortes que têm sido aplicados nas verbas para as Juntas de Freguesia. Referiu que apesar de entender a explicação sobre os critérios aplicados, independentemente de estar de acordo ou não, o valor de 19.500€ (dezanove mil e quinhentos euros) para duas freguesias é manifestamente pouco. Deu também conhecimento de que ainda não foram pagas as verbas relativas ao ano em vigor, mas que espera, de acordo com o que lhe foi transmitido, recebê-las até ao final do ano de 2015. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que, a exemplo da Presidente de Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, pretende também manifestar o seu descontentamento e dizer que as verbas destinadas à Junta de Freguesia de Arrouquelas para o ano de 2016 ficaram aquém do que seria expectável e desejável, sentimento que é partilhado por



todos os membros da Assembleia de Freguesia. Desejou que, indo de encontro áquilo que a Presidente de Câmara expressou, no ano de 2016 possa haver forma de atribuir mais meios financeiros para as freguesias e para o concelho e transmitiu a sua convicção de que o Executivo fará todo o possível para que isso possa acontecer, indo de encontro às expectativas das pessoas. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou a sua intervenção sublinhando que, em seu entender, o Orçamento tem como marca central o aumento de impostos e de taxas sobre os munícipes, o que é ainda mais escandaloso considerando o aumento da água e taxas agregadas que foi efetuado no ano em curso. Continuou afirmando que se trata de um orçamento de desesperança e de confronto com as pessoas, sem respeito pelas suas débeis condições económicas e que, paralelamente, continua a desvalorizar o papel das Juntas de Freguesia. Referiu também que, face à política desastrosa do anterior Governo PSD-CDS que não colocou em funcionamento o Programa 2020, se irá também assistir a diversos orçamentos rectificativos. Concluiu dizendo que, em seu entender, este orçamento não tem uma visão estratégica para o concelho de Rio Maior indicando o sentido de voto contra, relevando contudo o orçamento participativo para a Juventude, o qual gostaria que incluísse representantes de todas as Juntas de Freguesia. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Reportando ao ponto em discussão, lembrou os membros da Assembleia Municipal que o orçamento deste Município, assim como de todos os Municípios de Portugal, foi elaborado na incerteza e dificuldade de determinar as linhas mestras do próprio Orçamento de Estado e que, face a isso, é normal, que os pressupostos em que o documento foi elaborado sejam baseados também num elevado grau de indeterminação, possivelmente levando a futuras alterações decorrentes do próprio Orçamento de Estado e da legislação emanada pela Assembleia da República. Em relação ao documento disse ainda que pode ser observado, em determinadas alíneas, o aumento da receita, como por exemplo o decorrente da atualização dos tarifários da água, águas residuais e resíduos sólidos, todos calculados em função dos consumos de água, sendo, por isso, normal que a rubrica a que reporta cada um destes itens para 2016, aumente. Recordou ainda que todos estiveram, na generalidade, de acordo quanto a haver um grave défice relativamente aos custos cobrados com a água e à receita que a Câmara foi, entretanto, encaixando, acrescentando que, em seu



entender, o único erro que a Câmara pode ter eventualmente cometido nesta matéria, foi não tentar não imputar esse custo ou sobrecusto, às condições do contrato com a Águas do Oeste. Frisou que não se pode entender que haja subida de impostos, como se confirma nos pontos seguintes da ordem de trabalhos, verificando-se até uma redução da taxa de Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) e da participação municipal no Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS). Relembrou mais uma vez as desastrosas parcerias público-privadas (PPP), e também as parcerias públicas (PP) onde se encaixa a situação das águas que de arrasta há décadas, que terá que ser resolvida pelas vias legais, assegurando, nesse tempo, a solvabilidade do município. Realçou que da análise do próprio documento se pode verificar que ao longo dos anos tem sido feito um esforço de equilíbrio no sentido de reduzir o serviço da dívida, e que do trabalho feito ao longo dos anos se estimar uma redução dos impostos que hoje recaem sobre os cidadãos e as famílias. Concluiu, afirmando que gostaria de ver muito mais investimento, mas que se compreende que neste momento tal não é possível, seja pelas incertezas face ao próximo Orçamento de Estado, pela incerteza de financiamento de projetos sobre os quais a Câmara aguarda decisões e, principalmente, porque não se quer hipotecar o futuro e aumentar impostos. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Iniciou por dizer que para a análise do documento partiu de dois pressupostos: primeiro, que gerir os destinos da coisa pública significa colocar os recursos disponíveis ao serviço das pessoas e da comunidade, em busca de melhores condições e qualidade de vida; e, segundo, que tal implica a identificar os problemas e necessidades, definir de prioridades e fazer opções. Disse considerar que a dimensão política da vida em sociedade é importante e fica sempre subjacente ao conjunto de crenças que temos em relação ao que consideramos o superior interesse público, que nem sempre é coincidente. Disse que em seguida tentou ler neste documento quais as grandes opções do plano do Executivo e pelo que lhe foi possível constatar, deduziu três: a redução do endividamento, o pagamento a fornecedores e a requalificação urbana da rede de água em Rio Maior, Marmeleira e Arco da Memória, assim como do saneamento básico em Rio Maior e depois uma outra área um bocado mais vaga no âmbito das eventuais candidaturas ao Programa 2020 e procurou também o enquadramento justificativo para essas opções. Indicou que é referida, de uma forma genérica, a conjuntura internacional e as dificuldades financeiras e económicas, mas



que em relação à conjuntura do concelho e à identificação objetiva dos seus problemas encontrou um vazio. Afirmou que só agora veio a saber que no caso da requalificação da rede de água prevista o que está em causa é a existência de casas ainda sem água e que seria essa a justificação que gostaria de ver referida no orçamento, ou seja, não se retira apenas da leitura do documento o porquê de requalificar a rede e, nesse sentido, realçou que a preocupação vai além de saber se teremos dinheiro para investir, mas sim, se o tivermos, qual o projeto da autarquia. -----

----- Referiu ainda que em relação às verbas destinadas à ação social, área para a qual tem uma especial sensibilidade, se pode observar que embora este ano esteja prevista uma ligeira subida, nos últimos três anos têm ocorrido sucessivas quebras, representando cerca de 2,5% do orçamento, ou seja, 217 mil euros (duzentos e dezassete mil euros), enquanto, para seu espanto, uma outra rubrica designada de “Outros Projetos Desportivos” apresenta o valor de 269 mil euros (duzentos e sessenta e nove mil euros) e acrescentou que esta não se refere de atribuições para a DESMOR, ou para Associações, que só têm 40 mil euros (quarenta mil euros), ou de obras de melhoramentos dos equipamentos existentes, pois esses estão incluídos noutras rubricas. Nesse sentido, salientou que se está a falar de um valor de 269 mil euros (duzentos e sessenta e nove mil euros) para uma coisa que não se sabe o que é e de 217 mil euros (duzentos e dezassete mil euros) para a ação social, e que era isso que gostaria que lhe fosse esclarecido. -----

----- Terminou dizendo que gostaria de ter indicado as páginas referentes aos assuntos que falou mas que o documento não está numerado. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Iniciou a sua intervenção fazendo, desde logo, dois reparos, um, sobre a junção de dois assuntos que, em seu entender, mereciam uma discussão em separado e outro, pelo facto de o documento ter sido presente a reunião de Câmara no dia 30 de outubro e só ter sido disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal a 24 de novembro, dizendo que é uma situação aceitável pelas regras da transparência democrática, interpretando este atraso como sendo parte de um calendário político para evitar que os assuntos pudessem ser discutidos com transparência e que as pessoas dedicam à causa pública o seu esforço o pudessem fazer com a contribuição cívica que se exige. Neste enquadramento, deixou o seu pedido de desculpas por alguma impossibilidade de análise mais profunda do documento. -----



----- Prosseguiu dizendo que a taxa de execução do último orçamento foi de 72% o que considera manifestamente pouco num orçamento tão curto e que acerca do teor do documento a discussão afirmou que a previsão das receitas de capital ultrapassam os dois milhões de euros e que, assim sendo, gostaria de saber como se prevê a arrecadação das mesmas. Referiu também que, pese embora haver uma redução de 0,1% na taxa de IMI, as receitas têm subido por várias razões, nomeadamente porque as cláusulas de salvaguarda e as isenções estão a acabar e que, em face disso, a redução que se apresenta é uma falácia, apenas para se poder dizer às pessoas que se reduziu quando de facto se está a receber mais por outro lado, e que as pessoas irão perceber que estão efetivamente a pagar mais quando vierem a pagar a devida prestação. -----

----- Pediu, de seguida, que lhe esclarecessem sobre os investimentos nas águas e concretamente em relação à Águas do Oeste ou às Águas de Portugal, questionando quais as competências e obrigações daquelas entidades em relação à manutenção, renovação e melhoria da rede de abastecimento de águas, considerando o investimento previsto num total de dois milhões e trezentos mil euros, sendo que um milhão e meio de euros será em águas e um milhão e setecentos mil euros em reparações. -----

----- Acerca da alteração à estrutura orgânica da Câmara Municipal iniciou por dizer que em 2013 a reestruturação efetuada foi feita com recurso a uma entidade terceira com os custos correspondentes e que, mesmo que não tenham havido custos acrescidos cobrados pela empresa, a câmara municipal teve que, ainda assim, imputar recursos internos para efetuar essa revisão e lembrou que posteriormente foi já efetuada nova revisão para entrar em vigor em 2014 e outra em outubro de 2015 para entrar em vigor em 2016. No que se refere a esta última alteração, em seu entender, só há uma razão para que tenha sido feita que é o sectarismo político e não a diminuição de custos e o aumento de eficácia como é apregoado já que, em bom rigor e na sua opinião, essa condição ficará em causa devido às assimetrias de competências existentes entre as Unidades Orgânicas, sendo que umas têm cerca de cinquenta competências e outras apenas treze. Acrescentou também que gostaria de ser esclarecido sobre o que irá acontecer à Casa Senhorial D. Miguel, à Juventude, ao Desporto e ao Turismo e ainda como é que será feita a relação entre o Município e a DESMOR. Terminou dizendo que a verdadeira razão para esta alteração tem a ver com o facto de, desde março de 2015, o lugar de chefe de divisão sujeito a concurso



público na altura ter sido ganho pelo Dr. João Socorro, técnico superior da Câmara Municipal de Almada, dizendo que este fez o trabalho que tinha a fazer mas que o ónus e ser militante do Partido Socialista foi mais forte. Afirmou que a única razão para esta alteração foi o afastamento do dirigente em causa e que para tal foi necessário extinguir a unidade que dirigia e antes de se passar um ano sobre o início da comissão de serviço, sob pena de ter que indemnizar o mesmo. Lembrou ainda que a câmara municipal, durante anos e sob a direção socialista, teve como chefe de divisão um militante do Partido Social Democrata, o Dr. Albino Maria, e que, até à data, nunca se assistiu a qualquer tipo de desconfiança ou ataque, lamentando que em Rio Maior e em 2015, ainda exista este tipo de visão sectária. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Relativamente ao prazo de entrega da documentação esclareceu que se existe alguma responsabilidade pelo facto do plano e orçamento não ter sido enviado antes é da Mesa, já que o mesmo foi aprovado em 30 de outubro e remetido de imediato para os serviços. Assumiu, por isso, a responsabilidade de o mesmo ter sido enviado apenas junto com toda a documentação e com a ordem de trabalhos, como é hábito, e assegurou que iria rever esse procedimento. Pediu desculpa pelo sucedido e disse que a Câmara Municipal não teve qualquer intervenção nesse assunto e que não existiu nenhuma motivação política neste procedimento. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Começou por recordar que não existem orçamentos ideais, mas possíveis e que o Orçamento ora debatido foi elaborado num clima de incerteza sobre o que será o Orçamento de Estado, o qual terá certamente consequências no orçamento municipal, nomeadamente face às reposições dos cortes de vencimentos. Afirmou ainda que este orçamento é prudente mas que vem na senda dos orçamentos dos anos anteriores, com um pequeno aumento e que, conforme disse a Presidente da Câmara, é um orçamento que pretende dar alguns sinais, ainda não certamente o que todos desejaríamos. Sublinhou que o orçamento não prevê aumento de impostos, como aliás se verá na discussão dos próximos pontos, bem pelo contrário, existem alterações mas estas representam reduções, como é disso exemplo as medidas previstas para isenção na derrama, na redução da taxa de IRS e ainda na adesão ao IMI familiar. Disse que o peso da dívida continua a existir que representa cerca de 10% do orçamento, ou seja, cerca de dois milhões de euros por ano e que são



responsabilidades que têm que ser cumpridas, e que apresenta já uma redução de cerca de onze milhões em relação ao que existia em 2011. -----

----- No que se refere às transferências para a juntas de freguesia, verificou que há um aumento no cômputo geral e que, pelo que lhe foi dado a conhecer, existem novas regras para a atribuição das verbas que terão que ser cumpridas e que tornam o processo mais transparente, adiantando ainda que é sua certeza de que as transferências por duodécimos irão facilitar a execução dos orçamentos pelos presidentes de junta. -----

----- Concluiu dizendo que o orçamento apresentado é elaborado com rigor e realismo, dentro das possibilidades de um Município que pretende ver as contas certas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por se dirigir aos presidentes de junta que intervieram para esclarecer que o valor previsto no orçamento reporta a uma parte do que está por concluir e realizar ainda do ano de 2015, tal como sucedeu no ano anterior, e que conforme foi explicado na reunião realizada, os critérios seguidos para a distribuição dos valores no ano de 2016, foram a população, a área territorial e as prioridades de intervenção. Esclareceu ainda que o valor previsto no orçamento não está distribuído por freguesia, embora na dita reunião tenha sido feita uma breve apresentação em que foram abordados os valores individuais e lamentou o facto de as freguesias não terem valores mais elevados, já que as considera como prioridade. Especificamente no que se refere à Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira, informou que é aquela que irá receber o maior investimento no concelho e que a obra que está a ser realizada é em benefício das populações, obra essa que há décadas deveria estar executada. -----

----- Reafirmou que a redução do endividamento constitui uma obrigação legal e que o pagamento a fornecedores é uma prioridade, tendo conseguido anteriormente prazos de pagamento mais curtos e que se está a trabalhar para que os mesmos se possam cumprir. -----

----- Esclareceu que no que se refere às eventuais candidaturas ao Programa 2020, que prioriza matérias como o abandono escolar, as questões sociais, a inserção e a revalorização do capital humano, a intervenção junto de pessoas que se encontrem em situação de desemprego e a sua capacitação para que estejam preparados para entrar na vida ativa, as rubricas abertas constantes no orçamento vão no sentido de constituir uma manifestação de interesse junto das entidades competentes nesta área,



podendo vir a ser reforçadas à medida que seja transmitida a possibilidade das candidaturas virem a ser aprovadas. -----

----- Acerca dos projetos desportivos indicados, esclareceu que estão contempladas despesas com o “Mais Desporto, Mais Saúde”, “Psicomotricidade para o 1.º Ciclo” ou “Escola Ativa” e também que na área social continuam a ser asseguradas iniciativas como o Fundo de Emergência Social, para além dos apoios a instituições, como a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e o Centro de Educação Especial “O Ninho”, nas suas vertentes de proteção civil e de apoio social. Referiu também que com a aprovação da candidatura ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 3G e, mais recentemente, com a aprovação da candidatura à Rede Local de Intervenção Social (RLIS), apresentada pela Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, existem neste momento mais intervenientes, quer técnicos, quer instituições, a trabalhar na área social, substituindo, de alguma forma, parte do apoio às famílias e às situações de maior carência até agora assegurados pelo município. -----

----- Acerca da entrega da documentação disse que a mesma foi enviada aos serviços da Assembleia Municipal dentro do prazo legal e reportou-se à justificação já dada pelo Presidente da Mesa da Assembleia, considerando ainda graves as insinuações de que haveria a hipótese dos documentos serem entregues tardiamente para impossibilitar a sua análise e, por sua vez, a sua discussão. -----

----- Sobre a taxa de execução disse que de acordo com a legislação a mesma deve ser na ordem dos 85%, lembrando de novo que o serviço da dívida representa 10% do orçamento e que um dos objetivos é não contribuir para o aumento da mesma. Esclareceu, no que respeita à Águas do Oeste, atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do contrato assinado apenas cabe a esta a responsabilidade de ampliação e remodelação da rede de abastecimento em alta e o fornecimento de água e que no que se refere à requalificação, ampliação, remodelação e tudo o que tenha a ver com a rede baixa, a mesma é da responsabilidade do município, daí se justificando as intervenções que estão a decorrer na Vila da Marmeleira e no Arco da Memória, para além de outras intervenções um pouco por todo o concelho. -----

----- Relativamente à alteração da estrutura orgânica voltou a considerar graves as afirmações feitas e lembrou que sempre existiram na câmara municipal trabalhadores do Partido Comunista muitos dos quais seus colegas e amigos, acrescentando que em seis anos de executivo nunca teve uma quebra de confiança com nenhum. Disse ainda que a reestruturação inicial dos serviços foi uma imposição legal, na qual



prestou auxílio a empresa de serviços jurídicos que trabalha normalmente com a autarquia, sem acrescento de encargos, e que quanto aos serviços municipais para executar esta tarefa os mesmos mais não fizeram que executar as suas funções e atribuições. Concluiu dizendo que a alteração à estrutura feita em 2015 teve justificação na melhoria dos serviços e, havendo quem discorde, existirão outras instâncias a que podem recorrer. -----

----- Terminou referindo-se à questão das receitas de capital, indicando que as mesmas se prendem com o exercício do ano económico, tratando-se de uma previsão, normalmente baseada nos dados do ano anterior. Relativamente às receitas, disse que são igualmente uma previsão do que se espera receber por transferência dos fundos comunitários, respeitante a obras que se encontram atualmente a decorrer. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade Financeira e Ação Social para alguns dos esclarecimentos solicitados. -----

----- **Chefe de Divisão da Unidade Financeira e Ação Social** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que as rubricas respeitantes às receitas de capital incluem valores respeitantes a projetos de investimento que já foram efetuados, mas relativamente aos quais ainda não foram rececionadas as participações e que, atualmente, estão por receber cerca de um milhão de euros. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Agradeceu os esclarecimentos, na medida em que ficou a saber que dos dois milhões da receita de capital cerca de um milhão terá a ver com verbas em atraso e o outro terá a ver com outra coisa e que, assim sendo, não vai haver alienação de património do Município no valor de dois milhões. -----

----- **Chefe de Divisão da Unidade Financeira e Ação Social** -----

----- Referiu que a venda de bens, legalmente, só pode representar a média efetiva do vendido, do executado dos anos anteriores.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das restantes questões colocadas. -----



----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Acerca da alteração à estrutura orgânica da câmara municipal disse que ter tido a honra de, durante vários mandatos, ter a seu cargo o pelouro dos recursos humanos e que se lembra, desde a década de 80, terem sido feitas reestruturações e alterações às estruturas orgânicas porque efetivamente só se pode averiguar da sua bondade depois de as operacionalizar. Acrescentou que, normalmente, quando um executivo pensa em fazer uma reestruturação ou alteração tenta cumprir, essencialmente, dois propósitos: reduzir a despesa e aumentar a eficácia. Disse também que a reestruturação de 2013 derivou de uma imposição da lei, em que o número de dirigentes estava diretamente relacionado com o número de eleitores e que, nessa altura a Câmara Municipal optou por ir até ao limite permitido. No que se refere à alteração de 2015 indicou que se optou pela extinção de uma unidade, sendo as áreas redistribuídas pelas outras e, em sua opinião, poder-se-ia ter ido ainda mais longe. Mencionou ainda que, em seu entender, a eficácia dos serviços não tem a ver com a quantidade de trabalhadores, independentemente da sua capacidade técnica, mas com o seu empenho e o empenho e capacidade motivadora de quem ocupa lugares de chefia. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 18 votos a favor, 5 abstenções dos Deputados Municipais João Figueiredo Vargas Lopes, Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo, Rui Miguel da Costa e Silva, Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz e Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira e 7 votos contra dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Filipe Vicente Martins, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, e Renato Manuel Ribeiro dos Santos (30 presenças). ----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu decidi votar contra neste ponto da Ordem de Trabalhos porque não votarei de modo algum em Mapas de Pessoal que são fruto de adesões políticas e não de decisões de ordem administrativa. Considero indecoroso que o Executivo Municipal apresente um Mapa de Pessoal que tem subjacente e espelha uma reestruturação administrativa recentemente aprovada pelo Executivo em funções, estamos a falar,



portanto, do Executivo da Coligação, sem que essa mesma reestruturação tivesse sido previamente apresentada a esta Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação ou não aprovação, o que consubstancia uma flagrante violação do Regime Jurídico das Autarquias Locais. É mais um facto extremamente grave em matéria jurídica e legal, uma vez que o Executivo Municipal passou, mais uma vez, por cima das competências da Assembleia Municipal, pelo que entendo que a aprovação deste Mapa de Pessoal constitui um autêntico golpe institucional, que visa esconder uma reestruturação ilegal, onde se diminuíram e renomearam unidades orgânicas à exclusiva vontade do Executivo Municipal, uma vez que o órgão deliberativo municipal não foi ouvido, nem considerado. Considero, por conseguinte, juridicamente este Mapa de Pessoal, considero juridicamente, portanto, inconsequente este Mapa de Pessoal e considero que ele, à luz do ordenamento jurídico português, vale zero. “ -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Este orçamento não espelha o caminho que defendo, no entanto abstenho-me porque este orçamento ainda cabe nos limites da minha tolerância, porque entendo que quem governa tem legitimidade para levar a termo as políticas que defendeu e porque sei reconhecer o trabalho e o esforço pessoal que o seu Executivo tem feito para gerir o Município com as limitações que lhe são impostas.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Gostava de justificar a minha aprovação para este orçamento. Uma das razões principais é que finalmente são definidos pelo Executivo Municipal critérios para a atribuição de verbas às freguesias e, portanto, este é sem dúvida um passo grande na transparência e na facilidade de relação com as freguesias, por forma a tornarmos isto o mais justo possível. Depois, gostava de dizer que voto favoravelmente este orçamento porque, depois do que aqui ouvi, acredito que é preciso reforçar, dar uma posição de força ao Executivo Municipal, a todo ele, independentemente dos partidos que o constituem, reforçando a justiça e a seriedade de um documento previsional aprovado num órgão democraticamente eleito, que é a Câmara Municipal. Assim, foram aqui levantadas suspeitas de atraso propositado para que não pudessem ser analisados os documentos, foram feitas inclusive críticas, sugestões de que foi



eliminada uma inteira divisão para, numa espécie de perseguição, se pudesse eliminar um dirigente e isto é completamente desadequado, completamente fora de contexto, se há um bocado a Dr.^a Maria Antónia pedia, e bem, que se moderassem os discursos, acho que isto ultrapassou tudo aquilo que é razoável. É vergonhoso que sejam ditas estas palavras nesta Assembleia e, portanto, eu gostava de manifestar o meu apoio ao Executivo Municipal, aos sete Vereadores eleitos para este órgão, porque acho que é uma vergonha aquilo que aqui se disse. Tenho pena também que a visão esteja sempre turva para o mesmo lado. Tenho pena que tenha havido o descaramento de deixar no ar a ideia de que há pouco falei, mas quando a contratação do Dr. João Socorro foi feita não tenha havido com a mesma veemência um elogio público à transparência deste Executivo Municipal. E, portanto, dizer-vos que desconheço como é que foi feita a votação do Mapa de Pessoal pela Câmara, mas eu sinceramente já não percebo quantos Partidos Socialistas existem nesta Assembleia, quantos Partidos Socialistas existem em Rio Maior, o que é certo é que não é fácil trabalhar com uma linha de oposição, quando essa linha de oposição pura e simplesmente não existe. Gostava de dizer também que soube hoje que o Dr. João Socorro era militante do Partido Socialista.” -----

----- **Ponto II – Contrato programa para o ano de 2016 – Desmor, E.M.S.A.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou, que o Contrato Programa entre a Câmara e a DESMOR trata de fazer cumprir o artigo 26º do Estatutos da Desmor, em conjugação com o artigo 47.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto. Referiu também que corresponde a uma prática regular, que este ano introduz algumas alterações não muito significativas, relativamente ao contrato em curso no ano de 2015. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido o porquê do diferencial entre a verba prevista no Contrato-Programa da DESMOR de seiscentos e cinquenta e um mil e setecentos euros e a verba incluída no orçamento da Câmara que é de setecentos e sessenta mil, trezentos e dezassete euros.-----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira**-----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que o Contrato-Programa resulta de um trabalho que lhe parece bastante sério e que envolveu diversos responsáveis da Câmara e da DESMOR e que o mesmo prevê uma tabela de preços sociais, com valores abaixo do preço de mercado, que irá beneficiar não só as entidades que procuram e usam as infraestruturas e os equipamentos desportivos, mas também o público em geral e os cidadãos do concelho em especial, incentivando à prática desportiva e contribuindo para uma melhor qualidade de vida e uma melhor saúde para todos, das quais todos, direta ou indiretamente, beneficiarão. Destacou também a referência à previsão da existência de eventos e atividades a baixo custo ou mesmo a custo zero, que serão certamente um foco de atração e que podem abranger pessoas de outros concelhos e distritos, o que, por sua vez, criará e potenciará uma dinâmica com outros benefícios para o concelho de Rio Maior, para além dos desportivos, como sejam os culturais e de cariz económico. Relevou ainda os compromissos e a responsabilidade envolvidos no Contrato-Programa, onde se estabelecem objetivos para indicadores de eficácia e de eficiência, cuja monitorização permitirá uma reposição das verbas atribuídas para a Câmara em caso de não serem atingidas as classificações de eficiência positivas. Terminou dizendo que as transferências previstas são baseadas em cálculos, cuja correção foi verificada por parecer de revisor oficial de contas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a diferença entre o valor previsto no orçamento da Câmara Municipal e o que consta do Contrato-Programa se deve ao encargo com a utilização das instalações desportivas pelo movimento associativo. Mais esclareceu que, anteriormente, a Câmara atribuía esse valor diretamente ao movimento associativo que depois assumia o encargo junto da DESMOR, mas atualmente o valor é transferido diretamente para a empresa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, João Figueiredo Vargas Lopes e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----



----- “É só para dizer que eu me vou abster neste ponto porque não concordo com algumas situações, mas também não quero inviabilizar nada, porque acho importante demais o papel da DESMOR na nossa sociedade, para estar a inviabilizar esta situação.” -----

----- **Ponto III – Taxa Municipal de Direitos de Passagem** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que este assunto é normalmente apresentado à Assembleia Municipal nesta altura e que, até ao ano passado, a proposta tem sido feita no sentido de isentar os munícipes desta taxa, visto que o respetivo valor era imputado, na fatura, ao consumidor final. Acrescentou que, atualmente, o valor passa a ser imputado à empresa fornecedora e, como tal, propõe-se a aplicação da taxa. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse que no seu entender a opção por aplicar esta taxa é correta, no sentido em que a atual legislação não permite que a mesma venha a ser refletida sobre o consumidor, conforme sucedia anteriormente. Adiantou que, no anterior enquadramento legal, foi decidido pelo Executivo Municipal e pelos pela Assembleia Municipal a não taxação, porque as entidades gestoras de telecomunicações faziam refletir essa taxa diretamente na faturação. Disse ainda que esta taxa representa uma fonte de receita para o Município e que visa ressarcir o mesmo dos custos inerentes à utilização do espaço público por aquelas entidades. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Referiu que desde que é membro da Assembleia Municipal ouviu repetidamente as justificações para a não aplicação da taxa municipal dos direitos de passagem e que, não obstante concordar com o conteúdo da anterior intervenção, alegou que no final de contas a taxa será sempre paga pelo consumidor final. Afirmou ainda que ao refletir sobre este ponto concluiu que a única razão que antevê para a cobrança desta taxa é a necessidade de receitas, dizendo que o Estado não pode continuar com este comportamento, porque se corre o sério risco de um até o ar que respiramos nos ser cobrado. Indicou o sentido de voto contra.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 2 votos contra dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e Rui Miguel da Costa e Silva (26 presenças). -----



----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa**
que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em relação a esta matéria, permitam-me discordar. Eu voto contra e passo a explicar porquê. Eu entendo que a Câmara Municipal deveria reduzir significativamente esta taxa para as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, em vez de a colocar no máximo que a lei permite, que segundo julgo saber é 0,25%. E porquê? Por forma a facilitar o acesso a estes serviços por parte dos munícipes, encorajando as empresas de comunicações a fazerem investimentos no concelho, no sentido da melhoria destas mesmas redes de comunicação, contribuindo para o combate à infoexclusão e tornando o concelho e a cidade mais modernos e adaptados às novas tecnologias, sendo aqui de sublinhar que algumas cidades e inclusivamente grandes cidades, como é o caso de Coimbra, estão já a apostar no acesso gratuito à internet *wi-fi* em todo o seu perímetro urbano. Uma redução ou até isenção desta taxa para os operadores de comunicações eletrónicas e de televisão, especificamente quanto à utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo da autarquia, seria certamente um convite a que esses operadores investissem mais e apostassem em Rio Maior. Uma redução nesta taxa poderia permitir, por exemplo, que muitos munícipes passassem a ter acesso a melhores serviços de internet e de televisão, sendo aqui de recordar que em muitas zonas do concelho e da cidade em particular, nomeadamente em bairros periféricos de grande densidade populacional, ainda não existe televisão por cabo ou por fibra, obrigando os munícipes a pagar preços muito mais elevados pelos serviços de comunicações, uma vez que são forçados a utilizar, como única alternativa existente, os serviços de satélite desses mesmos operadores que estão no mercado.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A nossa declaração de voto vai só no sentido de clarificar a posição da CDU que habitualmente não era esta. Votámos favoravelmente porque estes custos são finalmente pagos pelas empresas e não pelos munícipes.” -----

----- **Ponto IV – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que se trata de uma solução que decorre da lei, devendo o executivo municipal trazer a cada sessão ordinária da Assembleia



Municipal informação onde conste os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta autorização. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Renato Manuel Ribeiro dos Santos (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a este ponto é a nossa abstenção, contudo continuamos a declarar que será permanente a nossa luta pela revogação da Lei dos Compromissos.”-----

----- **Ponto V – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria no ano de 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que não é com satisfação mas para acorrer a dificuldades extraordinárias de tesouraria que se coloca a deliberação a aprovação este empréstimo de curto prazo, com início em janeiro e término obrigatório até dezembro do mesmo ano. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos e Renato Manuel Ribeiro dos Santos (28 presenças). -----

----- **Ponto VI – Lançamento da Taxa de IMI - 2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e fez o enquadramento dizendo que se mantém o que foi deliberado e aprovado no ano passado, trazendo como única alteração a inclusão na proposta do IMI familiar para quem tem dependentes a cargo, sendo que essa redução se traduz em 5% para famílias com um dependente, 10% para dois dependentes e 15% para três ou mais dependentes.-----



----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Congratulou-se com a aplicação desta medida que vem desonerar as famílias e que permite uma ligeira redução da taxa de IMI cobrada a cada um dos riomaiorenses e uma redução de 10% para quem tenha um filho, 15% para dois filhos e 20% para três filhos. Relembrou também que prossegue com a política já implementada e com a qual se concorda, relativa à majoração em 30% da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos degradados e também aos rústicos incultos ao abandono. Disse ainda que estas medidas visam, em seu entender, desincentivar o usufruto ou a posse de propriedade sem nenhum benefício próprio e com custos para o município e para os municípios e ainda dar um pequeno incentivo à tão necessária natalidade. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que a redução do IMI para as famílias numerosas foi aprovada na Assembleia da República pelo PSD e pelo CDS e que, em conjunto com a redução da sobretaxa do IRS e de outras, foi mais uma tentativa de enganar os eleitores portugueses em cima do ato eleitoral para as legislativas. Fez notar que a CDU chamou a atenção para a forma e para o conteúdo da proposta, pois faz pagar às autarquias, com dinheiro das populações locais, promessas que não envolvem os recursos financeiros do Estado Central e que, nesse sentido, uma vez mais o antigo Governo PSD/CDS faz pagar a fatura ao poder local, acentuando o desrespeito pela autonomia das autarquias locais e transferindo custos para as mesmas que se debatem com graves problemas financeiros, muitos deles provocados pelas políticas do Governo PSD/CDS. Acrescentou que, não bastando os sucessivos cortes nas transferências, o antigo Governo não perdeu a oportunidade de levar à asfixia financeira as autarquias, depois de implementar o Livro Verde e reduzir drasticamente o número de freguesias. No sentido de melhor se compreender a posição da CDU, chamou à atenção para as particularidades da Lei Geral de Redução do IMI, nomeadamente: famílias com filhos e com casa própria têm acesso à isenção de IMI e famílias com filhos sem casa própria não beneficiam desta redução; agregados familiares com menos de quinze mil euros anuais de rendimentos e até seis mil e seiscentos euros de património beneficiam do apoio, pois a lei isenta-os automaticamente; e a lei só prevê até três filhos. Disse que esta medida, em seu entender, é pura demagogia e populismo, servindo para beneficiar sempre os mesmos porque se querem beneficiar realmente os portugueses, deveriam ser repostos os



abonos de família, os salários que retiraram aos trabalhadores e acabar com os cortes para assim reverter o empobrecimento. Afirmou que se trata de uma medida injusta, porque não trata todos por igual, populista e que serve para fazer esquecer os brutais aumentos das tarifas de água, de saneamento básico e de recolha de resíduos. Indicou o sentido de voto contra pois consideram uma medida desigual e que não resolve nada, chamando à atenção, para esclarecimento e para que depois não hajam mal-entendidos, que parte do que acabou de expor se refere à lei geral do IMI e não especifica e concretamente aquilo que foi apresentado pelo Município. Concluiu afirmando que se tratou de uma observação de carácter político e que é assim que deve ser entendida.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor, 2 abstenções do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior e 4 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, Renato Manuel Ribeiro dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Decidi abster-me neste ponto, porque ainda que seja positivo o abaixamento dos valores do IMI para as famílias mais numerosas, também é certo que há mais famílias que precisam de ser apoiadas ainda que sem dependentes a cargo. É bom notar que apesar de uma família poder não ter dependentes a cargo, tal não significa necessariamente que não possa estar a passar também por dificuldades. Porém, também não posso votar contra em consciência, porque tenho-me debatido sempre pela redução das taxas municipais, dado o contexto de crise que se tem vivido nos últimos anos. Neste sentido, ainda que tardiamente e claramente a reboque daquilo que muitos outros municípios já fizeram, mais vale algumas reduções no IMI para uma parte da população, o chamado IMI familiar, do que nenhuma redução. Porém, dever-se-ia ter ido mais longe, mesmo no IMI familiar, uma vez que o Código do IRS prevê reduções mais acentuadas na taxa a pagar pelos agregados familiares numerosos, verificando-se que a Câmara optou por reduzir menos 5% do que poderia fazer nos diversos escalões, aplicando 5% quando poderia reduzir 10% no caso de um dependente, 10% para dois dependentes quando poderia chegar aos 15% e reduziu 15% para três dependentes quando poderia ter ido aos 20%. Além do mais, é



importante que os riomaiorenses não se deixem iludir, pois estas reduções para algumas famílias não provêm de uma decisão genuína no sentido de uma maior equidade social, uma vez que ao mesmo tempo que tais reduções no IMI são aplicadas apenas a alguns munícipes, é bom não esquecer que a Câmara aumentou brutalmente as tarifas da água, dando com uma mão, ao mesmo tempo que retira com a outra. Na verdade, no cômputo geral das contas, retira mais do que dá, porque o IMI é cobrado anualmente, enquanto a fatura da água chega a casa dos munícipes mensalmente.” -----

----- **Ponto VII – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e esclareceu que a proposta é fixar o valor da derrama nos 1,3% e conceder isenção total às empresas que tenham instalada a sua sede social e que tenham criado no mínimo três novos postos de trabalho efetivos no concelho de Rio Maior com essa instalação, bem como conceder isenção total da derrama às empresas com volume de negócio inferior a 150 mil euros, que durante o ano em causa, tenham criado no mínimo dois novos postos de trabalho efetivo no concelho, conforme previsto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente a esta medida agradeceu publicamente e em nome Assembleia Municipal pela proposta efetivada o ano passado por esta altura, porque de facto desonerar as empresas é também permitir que as mesmas possam fazer mais investimento e mais investimento é sinónimo de mais emprego e mais postos de trabalho. Referiu que, por outro lado, a isenção nos termos propostos não distorce as leis da concorrência e visa atrair para o concelho novo investimento e criação de postos de trabalho. Recordou que a isenção para 2015 está indissociavelmente ligada à necessidade de criação de postos de trabalho e, como tal, facilita não só a transferência de sedes sociais de empresas existentes para o concelho de Rio Maior, estacando alguma fuga que possa ter existido ou possa vir a existir, como também a criação de novas empresas ou sede sociais. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Felicitou o Executivo Municipal por finalmente, ao fim de tantos anos enquanto Deputada Municipal e de tantas propostas apresentadas no sentido de baixar ou isentar em algumas situações as empresas da derrama, ver concretizado o que tanto



tem vindo a reclamar. Disse que, em sua opinião, a criação destas isenções será certamente um incremento à fixação das empresas e à criação de emprego, tão desejável no concelho de Rio Maior, daí que não poderia deixar de dar os parabéns ao executivo por ter tido esta coragem, nos tempos de imprevisibilidade que ainda se atravessam em relação ao futuro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Portanto, em relação a este ponto, eu também decidi abster-me porque é mantida a taxa máxima de 1,5% e penso que, na verdade, se se quer ajudar as empresas é para ajudar a sério, com medidas concretas, que lhes permitam poupar algum dinheiro ou maximizar os lucros e não com medidas avulsas de isenção apenas para ficar bem na fotografia, uma vez que dificilmente as empresas conseguem cumprir os critérios para obter estas isenções, designadamente pela dificuldade na criação de postos de trabalho, no contexto de austeridade em que se tem vivido.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pediu a palavra para esclarecer que a taxa proposta corresponde a 1,3% e não 1,5%. -----

----- **Ponto VIII – Participação Variável no IRS de 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que a proposta é reduzir a taxa de 5% para 4,8%. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para salientar que, considerando a atual conjuntura, é muito salutar verificar uma redução da taxa de participação do Município no IRS e que, de facto, esta medida devidamente enquadrada nas disponibilidades financeiras do Município, que tem ainda a cargo um pesado serviço de dívida herdado, permite a necessária e inequívoca ajuda e apoio direto às famílias, reduzindo a carga fiscal sobre o trabalho.



Assim, pelo caráter de justiça social da proposta que em simultâneo reconhece o direito constitucional ao trabalho, indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 5 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, Renato Manuel Ribeiro dos Santos e Filipe Vicente Martins (30 presenças). ---

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Portanto, abstive-me neste ponto porque considero ínfima a redução proposta, neste caso, na participação variável no IRS de 2016, porque passar de 5% para 4,8% é realmente irrisório, sendo aqui de recordar que alguns municípios chegam a abdicar desta receita na sua totalidade em benefício dos seus habitantes.” -----

----- **Ponto IX – Relatório de acompanhamento trimestral ao PAEL – 3º Trimestre de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e fez o enquadramento lembrando a obrigatoriedade de trazer à Assembleia Municipal o relatório trimestral do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local e, portanto, reportar o que tem sido executado nos últimos três meses. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Interveio para declarar que, no entender da bancada da CDU, o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) não é nenhum programa de apoio, mas sim um programa de asfixia das populações, assim como um veículo do aumento de impostos e taxas aos Municípios. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 5 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, Renato Manuel Ribeiro dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira (30 presenças). -----

----- **Ponto X – Proposta de alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e fez o enquadramento esclarecendo que, após



cumpridos todos os procedimentos necessários, submete-se à consideração da Assembleia Municipal a alteração do Regulamento que abrange os cemitérios da cidade de Rio Maior e de S. João Batista, sito na Fonte da Bica. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 29 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (30 presenças). -----

----- Conforme decisão tomada no início da sessão da Assembleia Municipal por proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os pontos XI a XXI serão discutidos em simultâneo e votados per si. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentar os pontos XI a XXI e abriu as inscrições para a discussão dos mesmos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e interveio referindo que a introdução ora realizada respeita aos vários pontos sujeitos a votação, esclarecendo que todos respeitam a situações que se pretendem ver regularizadas, o que, no seu entender, poderá melhorar o planeamento e ordenamento do território. Fez referência que os pedidos têm enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e na Portaria n.º 68/2015, de 9 de março e acrescentou que sem esta possibilidade, muitas empresas correriam o risco de vir a fechar. Deu conta que o entendimento unânime de todo o Executivo foi de que todas as empresas, independentemente da sua dimensão, têm direito à sobrevivência. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Considerando que se trata de fazer a avaliação de todos os pedidos em conjunto disse que, em todos os casos, se trata da emissão de atestados de reconhecimento de interesse público municipal, na sua maioria referentes a explorações pecuárias, a empresas dedicadas à atividade extrativa e à ampliação de unidades industriais e que faz, desde já, esta intervenção para todos eles, adiantando que, assim sendo, o que disser se aplica a todos os casos. Fez nota de que, já em anterior sessão, tinha dito



que considera os atestados de reconhecimento de interesse público municipal um absurdo neste género de situações, uma vez que as assembleias municipais e, no fundo, os municípios são envolvidos para reparar erros e irregularidades que já vêm de trás e que deveriam ser fiscalizados diretamente pelas respetivas autoridades tutelares, fosse através de delegações regionais ou até do próprio poder central. Disse considerar abusivo que se empurre para o órgão autárquico em causa a emissão desta espécie de certificados, visando reparar irregularidades que, em muitos casos, se arrastam há anos. Afirmou ainda que, pessoalmente, tem uma visão muito pragmática do mundo e considera que só há duas opções nestes casos: ou se está dentro da lei ou se está fora da lei. Disse ainda que, no segundo caso, também só há duas opções: ou os interessados se põem dentro da lei e cumprem as obrigações que dela emergem ou então não cumprem e, aí, pagam as coimas respetivas e, no limite, fecham as portas. Continuou dizendo que, segundo julga, tais situações não deveriam depender do reconhecimento do interesse público e, sobre esse ponto de vista, entende que a lei está mal feita, não lhe parecendo normal a banalização da emissão de atestados de alegados reconhecimentos de interesse público municipal, quando o que está em causa são, antes e quase exclusivamente, interesses privados. Para terminar, disse recusar participar na emissão destes certificados porque não refletem interesses municipais, mas sim interesses privados e porque estas situações deveriam ser diretamente resolvidas pelas entidades com poder de tutela nas respetivas áreas. Acrescentou não aceitar que as câmaras ou as assembleias municipais tenham que agilizar este tipo de processos, entendendo que as câmaras têm, antes, que tomar medidas que estimulem e tornem as empresas sediadas no seu território mais competitivas, dando-lhes condições de desenvolvimento de negócios mais vantajosos, por forma a atrair investimento e a fixá-las na área do Município. -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Declarou que gostaria de manifestar a sua discordância nesta transferência de responsabilidades para a Assembleia Municipal, mesmo que prevista na lei, na legalização de infraestruturas através de declarações de interesse municipal, até porque as ponderações prévias subjacentes lhe parecem bastante subjetivas e sem explicações suficientemente fundamentadas. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----



----- Interveio para dar conta da sua reflexão sobre esta matéria, dizendo que todos esses pedidos têm em comum o facto de serem solicitados por entidades que querem ver resolvida alguma irregularidade, não conformidade legal ou regulamentar; que todos os pedidos têm em comum o objetivo de utilizar o reconhecimento público para regularizar estas situações; e que as situações que se pretendem regularizar através deste mecanismo legal resultam de leis ou regulamentos mal desenhados, da incapacidade dos serviços competentes em implementar ou fiscalizar o normativo legal aplicável ou do não cumprimento do normativo por parte dos interessados ou todos em conjunto. Disse então que a Assembleia Municipal é confrontada com estes pedidos de reconhecimento de interesse público, mas que esse reconhecimento não é um diploma que, uma vez emoldurado, vai embelezar o currículo da entidade que o solicitou e que, embora compreenda as dificuldades que os empresários e empresas enfrentam, este expediente configura uma grande injustiça para com as empresas que sempre cumpriram, podendo até gerar situações de concorrência desleal. Comunicou que, com base na reflexão feita e porque nada o move contra as pessoas e as entidades que solicitaram este reconhecimento e também porque não se quer envolver num processo que considera inaceitável, decidiu abandonar a sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Subscreeveu na íntegra a intervenção anterior e lembrou que quando um assunto idêntico a este veio anteriormente à Assembleia Municipal, votou a favor porque entendeu que era uma grande empresa e que a mesma necessitava realmente desse apoio para que concretizasse e criasse ainda mais postos de trabalho. Afirmou também que, da segunda vez, começou a perceber o que estava envolvido e que não deveria ser a Assembleia Municipal a tomar esta responsabilidade e, por conseguinte, estas decisões. Notou que há empresas sediadas na Zona Industrial que assumiram grandes despesas, muito trabalho e muitas situações para se legalizarem e que, não tendo nada contra as pessoas a que os processos dizem respeito, considera que não deve ser a Assembleia Municipal a tratar destas situações, pelo que toma a mesma decisão de não participar na votação e de abandonar a sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Começou por salientar que cinco das empresas constantes dos pontos em discussão pertencem à freguesia de Alcobertas e disse que as mesmas não podem e não devem parar. Deu o exemplo de uma das empresas que tem cerca de sessenta trabalhadores ao serviço, 80% dos quais residentes na freguesia e os restantes com relações próximas à mesma. Acrescentou que a atividade que executam é a extração de pedra e que esta é propriedade da Junta de Freguesia da Vila de Alcobertas, pelo que defendeu que não se pode travar o desenvolvimento do concelho, nem o desenvolvimento das empresas. Afirmou que algumas destas empresas são familiares e que é a sobrevivência das famílias que está em causa. Referiu ainda que a sua Junta de Freguesia tem procurado fazer de tudo para baixar o desemprego e que, desde que iniciou funções como presidente de junta até à data atual, passaram dos cento e setenta e dois desempregados para trinta. Acrescentou que, em seu entender, os presentes na sala devem dar todo o apoio a estas empresas já que a lei dar a hipótese das empresas se regularizarem. Lembrou que a freguesia das Alcobertas tem a honra de pertencer ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e que, por vezes, enfrentam controvérsias que são complicadas de resolver e pareceres que são difíceis de tomar, derivado a essa situação geográfica. Concluiu afirmando ser seu entendimento que todos, em conjunto com a Câmara, devem fazer o possível para que as empresas possam vigorar, no interesse do concelho. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio no sentido de questionar se estando em discussão o ponto, o fato de abandonar os trabalhos da Assembleia Municipal, é considerado como válido enquanto abstenção ou qual o enquadramento. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que a pessoa estando ausente no momento da votação não é simplesmente contabilizada para o efeito, acrescentando que cabe ao Presidente da Assembleia Municipal somente conferir se tem quórum para prosseguir com os trabalhos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Tomou a palavra para sublinhar que, segundo o seu entendimento, compete aos autarcas, independentemente de serem eleitos para o executivo ou para a assembleia municipal, defender os interesses de todos, sejam uma pequena exploração pecuária ou uma pequena/média empresa. Referiu também que a Câmara Municipal aprovar estes onze pontos, assim como a Assembleia, não significa que as situações fiquem



resolvidas, porque depois a documentação seguirá para a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a quem compete a emitir a decisão depois de reunidos os pareceres de cada uma das entidades competentes. Considerar, no entanto, que esta iniciativa pode ser entendida como um incentivo e um apoio à economia local e que é preferível a manutenção de um só posto de trabalho à destruição de um. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Intveio para deixar uma pequena nota, nomeadamente de que a deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, sendo certo que parte da iniciativa das empresas, do ponto de vista legal é obrigatório acontecer na Assembleia Municipal e, nesse sentido, não é uma iniciativa que a Câmara propõe só porque assim o entende ou porque esta ou aquela empresa se afigura como mais simpática, mas porque a partir do momento em que o procedimento é iniciado pelas empresas e sendo o mesmo sujeito a votação favorável na Câmara, é obrigatório que seja submetido a deliberação na Assembleia Municipal. -----

----- Findo o esclarecimento, passou à votação ponto por ponto. -----

----- **Ponto XI – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária, em nome de Virgínia Bento Lopes, sita em Fonte Longa, Freguesia de Alcobertas** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (24 presenças). -----

----- (As declarações de voto referem-se a todos os pontos, de XI a XXI, conforme indicado pelos deputados que as fizeram). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votámos favoravelmente, e iremos votar em todos os pontos favoravelmente a estas declarações de interesse público, pese embora acharmos que há aqui situações que não são iguais umas às outras, que mereceriam, eventualmente, outro tipo de posição, mas não somos nós que nos vamos frontalizar com suposta legalização, como disse o Senhor Vice-Presidente, porque este parecer que nós vamos dar e este nosso *agreement* não é determinante para a legalização destas empresas, contudo, nós não iremos frontalizarmo-nos dado que estão envolvidos



cerca de, ao todo, perto de duzentos postos de trabalho e é essa a razão do nosso voto favorável, apesar de ainda termos alguns engodos relativamente à situação que envolve esta declaração de interesse público, porque entendemos que é uma lei que foi feita pelo anterior Governo que vai terminar a sua vigência no dia 2 de janeiro de 2016 e, daí, exatamente esta necessidade de tudo isto ser resolvido. Não estamos muito de acordo com isso, mas votamos favoravelmente em todos os pontos.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Ora bem, esta declaração de voto, do meu sentido de voto, é extensível a todos os restantes, todos os pontos seguintes e prende-se com o que passo a ler: Na sequência de atenta leitura dos documentos apresentados, verificando-se alguma persistência de questões, as quais gostaria de ver esclarecidas; atendendo ao elevado número de pedidos em apreciação nesta Assembleia; atendendo ao curto período que mediou entre a presente Assembleia Municipal e a disponibilização dos documentos não permitir colmatar cabalmente a recolha de dados visando poder votar em consciência; não querendo, contudo, obviar aos postos de trabalho envolvidos, a minha opção de sentido de voto é pela abstenção para este ponto e todos os seguintes.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu ponderei efetivamente sobre qual seria o meu sentido de voto sobre estas questões, estes pontos do XI ao XXI e tive em conta três critérios: verifiquei que efetivamente houve aqui, primeiro que tem enquadramento legal; tem, foi visto, e foi dado parecer favorável pelos serviços técnicos; e, um outro, que é tendo em conta realmente estes dois critérios, que é ter enquadramento legal e supervisão dos serviços técnicos, há, efetivamente e com certeza, proteção do impacto ambiental que eventualmente possa ter. Acresce depois a isto que efetivamente são empresas pequenas, mas que no seu conjunto fazem talvez uma grande empresa e que deve ser por nós protegida e foi também por aqui que eu decidi o meu sentido de voto favorável a esta decisão.” -----



----- Ponto XII – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de indústria extrativa, em nome de VAC Minerais, S.A., sita em Senhora da Luz, Freguesia de Rio Maior -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, José Casimiro Fróis Ferreira e do Presidente da Assembleia Municipal (23 presenças). -----

----- Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu, relativamente ao meu sentido de voto, quero apenas que fique consignado que me abstive porque tenho relações de carácter profissional com a VAC Minerais SA.” -----

----- Ponto XIII – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação de exploração pecuária em nome de Sociedade Agrícola do Mendigal, Lda., sita em Venda da Natária, Freguesia de Rio Maior -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- Ponto XIV – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de Custódio & Luísa, Lda., sita em Charcão, Freguesia de Rio Maior -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- Ponto XV – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de Custódio & Luísa, Lda., sita em Casais da Memória, Freguesia de Rio Maior -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----



----- Ponto XVI – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária em nome de Maria da Luz Martins Ferreira, sita em Teira, Freguesia de Alcobertas -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- Ponto XVII – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de instalação de exploração pecuária, em nome de Ilídio Laurentino Duarte, sita em Barracal ou Penedo, Freguesia de Alcobertas-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- Ponto XVIII – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de estabelecimento industrial Tipo 2, em nome de Ruipedra, World of Natural Stone, S.A., sita em Casais Monizes, Freguesia de Alcobertas -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- Ponto XIX – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de ampliação de estabelecimento industrial Tipo 2, em nome de José Lopes Santo, sita em Lavradio, Freguesia de São Sebastião -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- Ponto XX – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de ampliação de indústria extrativa, em nome de João Lindo Filipe, sita em Vale Murtinhos, Freguesia de Rio Maior -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu



Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- **Ponto XXI – Deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização de estabelecimento industrial Tipo 2, em nome de Manuel António Simão, sita em Vale Bernardes, União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e José Casimiro Fróis Ferreira (23 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (24 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra porque considero que a aprovação do Mapa de Pessoal para 2016 enferma de ilegalidade grave, uma vez que lhe está subjacente uma reestruturação de serviços que não passou pela Assembleia Municipal previamente, conforme manda a lei, e também por todos os motivos invocados na declaração de voto por mim emitida no Ponto I da Ordem de Trabalhos.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhora Maria Júlia e Silva Antunes Figueiredo – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que é com muito prazer que após um ano voltou à Assembleia Municipal, tendo feito um interregno que lhe serviu para reflexão. Declarou ser com prazer que



tem assistido a tudo o que de positivo e agradável se tem feito, embora entenda que se pode fazer sempre mais. Disse também que gostaria de apresentar as suas desculpas por não ter intervindo na primeira sessão desta Assembleia, mas que não o fez propositadamente, porque a emoção falava mais alto do que a razão. Referiu que agora, em vésperas do final do ano, endereçou, em particular, a todo o Executivo, porque é a ele a quem cabe o trabalho de melhorar e mais fazer pelo concelho, votos para que continue e faça mais e melhor, desejando ainda que a união seja profícua, porque todos ganharemos, não sendo nenhum em particular quem ganha, mas todos. Sublinhou que todos devem estar pelo bem de Rio Maior, pelo bem da sua população e pelo bem do país e apelou, por isso, que não se olhe nem à esquerda, nem à direita, que tão batalhadas foram ultimamente, porque é a existência das duas que cria o equilíbrio necessário. Terminou dirigindo-se ao Presidente da Assembleia, pedindo-lhe para ser portador de uma mensagem emotiva e que revela o quanto gosta de Rio Maior e de todos aqueles que se entregam a favor de Rio Maior, desejando um Bom Ano, muitas felicidades e um quente e caloroso Natal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio para, em seu nome pessoal e do Executivo Municipal, desejar a todos os membros da Assembleia Municipal e aos Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto representantes das suas comunidades, votos de Boas Festas e de um Feliz e Santo Natal e que na passagem de 2015 para 2016 todos os desejos formalizados possam ir sendo realizados ao longo do novo ano. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Agradeceu a todos a colaboração na condição dos trabalhos da sessão. Que considerou exemplar, e desejou a todos de um Santo Natal, que todos sejam felizes e que o ano de 2016 traga muita saúde e tudo de bom. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____



----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____